

2\* MAR 1997

SEXTA-FEIRA, 2, E FIM DE SEMANA, 3 E 4 DE MAIO DE 1997 — GAZETA MERCANTIL

## ■ NACIONAL

Economia - Brasil

## “O Brasil precisa do setor público”

Albert Fishlow acredita que a reeleição permitirá a retomada da poupança doméstica

Maria Clara R.M. do Prado  
de Nova York

Só o setor público no Brasil tem capacidade de gerar o aumento necessário de poupança para viabilizar um crescimento sustentado do País. “A taxa de poupança precisa subir para 25% do Produto Interno Bruto (PIB) e para isso o Brasil precisa do setor público, essa é a realidade da questão”, afirmou a este jornal na quinta-feira, em Nova York, o economista Albert Fishlow, antigo professor da Universidade de Berkeley, na Califórnia, e atual “senior fellow” em economia internacional do Council on Foreign Relations, uma entidade que reúne como aliados em Nova York conceituados nomes de várias atividades.

Fishlow acha que o crescimento da poupança doméstica tem que ser viabilizado através da redução dos gastos do setor público e manutenção de taxas e impostos pelo menos no mesmo patamar atual, mas está convencido de que será possível ao setor voltar a poupar novamente.

Por trás de seu otimismo, está a suposição de que o presidente Fernando Henrique Cardoso será reeleito em 1998: “Fernando Henrique Cardoso tem mais seis anos pela frente e este será o aspecto crucial”, afirmou, lembrando o apoio que o presidente tem da população, considerando ainda que há opositores no horizonte.

O economista tocou, na verdade, em um ponto que é considerado o “calcanhar de aquiles” do Plano Real e que a equipe econômica vem tentando atacar desde 1993, quando Fernando Henrique Cardoso tornou-se ministro da Fazenda. O atual ministro, Pedro Malan, não esconde que é justamente no tamanho do déficit públi-

co onde repousam todos os males: o déficit da conta corrente, a baixa taxa de poupança, a baixa taxa de investimento e condições de vida ainda precárias para a grande parte da população brasileira.

“São recursos equivalentes a 5,75% do PIB (nível do déficit público nominal de fevereiro, medido ao longo dos doze meses anteriores) que tiramos do

setor privado para financiamentos do setor público”, disse o ministro Malan, ao falar durante almoço promovido em Nova York pelo Council on Foreign Relations e por este jornal.

A questão é saber quanto mais tempo o País pode esperar pelas reformas estruturais, já que, ao que tudo indica, é cada vez menor o campo para que cortes em despesas no setor público apresente resultados efetivos. “A luta vai continuar”, afirmou Malan, enumerando algumas das reformas que continuam pendentes, inclusive na área da previdência social. O déficit público do governo continua alto ainda que tenha havido contenção nos salários

dos servidores, que não recebem aumentos nominais desde 1995.

“O governo brasileiro tem um propósito e uma direção, se a situação não deteriorar, e esperamos que não deteriore, existem possibilidades do presidente Fernando Henrique ser reeleito; mas se o resultado da eleição for diferente tenho certeza de que continuará havendo preocupação em manter a inflação sob controle”, acredita o ministro.

Na verdade, quando chamou a atenção para o déficit do setor público, o ministro foi ao encontro da principal preocupação dos que participavam do almoço. Alguns acharam que sua apresentação foi carregada com um pouco de “propaganda”, embora reconheçam que “os fatos estão lá”, conforme comentou para este jornal Enzo Viscusi, representante para as Américas da empresa italiana Eni.

Quanto à questão do déficit da balança comercial, enfocada na entrevista que o ministro deu logo após o almoço, Malan disse que o governo não está se descuidando do assunto: “estamos mantendo a situação sob relativo controle”, observou, discordando das previsões de alguns analistas (colocados na entrevista por uma jornalista chilena) de que o déficit comercial do Brasil em 1997 chegaria a US\$ 15 bilhões.

Malan destacou o fato de que a economia brasileira passa por uma transformação estrutural profunda e que is-

so vai aumentar o poder de competição da indústria nacional dentro do próprio mercado interno e no Mercosul, além do mercado internacional como um todo. “Será que isto é um problema maior?”, perguntou, referindo-se ao déficit da balança comercial. “Será que é possível daí tirar a conclusão de que o real falhou?”, insistiu, respondendo que o governo está acompanhando a situação e não está atuando de maneira negligente nessa área. Mas admitiu também que as medidas adotadas para estimular a exportação levam algum tempo para materializarem-se.

O ministro sabe que o ponto fundamental, enquanto as reformas não che-

gam, é manter o País atrativo para o capital externo. Disto depende o financiamento da balança de conta-corrente e aqui uma questão se coloca — que ninguém,

nem mesmo ele, tem condições de responder agora, embora não consiga disfarçar uma ponta de preocupação.

Trata-se de saber para onde caminharão as taxas de juros nos Estados Unidos. Ninguém imagina que venha a ocorrer este ano uma rodada de ajustes como a de 1994 mas, pelo sim, pelo não, é sempre bom andar com certa prudência. “Não nos parece que tenhamos problemas. O que acontecerá se os Estados Unidos resolverem aumentar a taxa de juros de maneira sustentada? Será frágil (a situação)? O risco do negócio é ser incerto”, raciocinou alto, sem na verdade ter apontado para nenhuma direção.



Albert Fishlow

**“O que acontecerá se os Estados Unidos resolverem aumentar a taxa de juros de maneira sustentada?”, pergunta Malan**